

Segundo o filósofo Zygmunt Bauman, as relações sociais encontram-se em exponencial declínio devido à liquidez e acronicidade de elos. Tal citação elucidada a irrelevância de pessoas sem acesso direto à cidadania devido ao desmazelo governamental perante à divulgação e democratização da aquisição de documentos essenciais para que o indivíduo exerça sua função legitimadamente nas esferas da sociedade.

Em primeira instância, é assegurado pela Constituição Federal de 1988 que todo e qualquer cidadão tenha acesso igualitário aos seus deveres e direitos. Fica evidente que tal afirmação é irreal no contexto da sociedade hodierna, uma vez que inúmeras pessoas sequer têm acesso direto aos seus documentos pessoais, sendo comparados, dessa forma, a corpos de indigentes, os quais ninguém identifica.

Outrossim, o déficit de identificação pessoal aumenta ciclópicamente devido aos elevados preços cobrados para a realização de tal azáfama. Segundo Freud, os seres humanos buscam se adaptar ao contexto social para que, dessa forma, sintam-se pertencentes ao meio em que estão inseridos, no entanto, devido ao grande índice de disparidade social vigente no Brasil, tal situação faz-se utópica.

Portanto, é mister que o Estado tome frente às ações, visando solucionar a vultuosa problemática apresentada. Nesse enjeitamento, cabe ao Poder Executivo tornar acessível à população as formas para aquisição dos documentos civis e sociais, por intermédio da democratização dos meios financeiros, buscando, desse modo, tornar pessoas antes invisíveis aos olhos do Estado, visíveis e identificáveis, fazendo jus à citação de Freud.